



Vol. 4 - Nº 7 - Jan./jun. 2009

p. 163-177

ESTADO, IMPRENSA E IDEOLOGIA (1950)

Maria Isabel Moura Nascimento¹
(UEPG)

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi²
(Unicentro)

Resumo: A imprensa, desde sua oficialização no Brasil, em 1808, até o século XXI, vem caracterizando-se como instrumento de disseminação e manipulação de ideias. Desde a imprensa áulica até imprensa empresarial, esta foi objeto de veiculação de idéias, conforme o contexto vigente e os interesses que permeavam os que estavam por trás de suas folhas. Tendo como objeto um jornal local do interior do Paraná, na década de 1950, o presente texto tem por objetivo discutir as relações entre Estado, Imprensa e ideologia. Esse estudo é resultado de uma pesquisa realizada no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com o título “ Educação e Ideologia na Imprensa de Irati,- PR (1954-1959), no ano de 2006.

Palavras-Chave: Imprensa; Estado; Ideologia.

STATE, PRESS AND IDEOLOGY (1950)

Abstract: The press, since it was official in Brazil, in 1808, until the XXI century, has characterized itself as an instrument of dissemination and manipulation of ideas. From the court press to the enterprise press, it was an object used for the propagation of ideas of the historical context and the interests that lead the ones who were backwards its pages. Having as object a local periodical of the interior of Paraná, in the decade of 1950, the present text has as objective to argue the relations between the State, the Press and ideology. This study is the result of a research carried through the Education Master Degree Program of the State University of Ponta Grossa, with the title “Education and Ideology in the Press of Irati, - PR (1954-1959), in the year of 2006.

Keywords: Press; State; Ideology.

1. INTRODUÇÃO

A imprensa, desde sua oficialização no Brasil, em 1808³, até o século XXI, vem caracterizando-se como instrumento de disseminação e manipulação de idéi-

as. Desde a imprensa áulica até imprensa empresarial, esta foi objeto de veiculação de idéias, conforme o contexto vigente e os interesses que permeavam os que estavam por trás de suas folhas. Tendo como objeto um jornal local do interior do Paraná, na década de 1950, o presente texto tem por objetivo discutir as relações entre Estado, Imprensa e ideologia. Esse estudo é resultado de uma pesquisa realizada no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com o título “ Educação e Ideologia na Imprensa de Irati,– PR (1954-1959), no ano de 2006.

Retratará, especificamente, sobre a imprensa na década de 1950 e a relação com a Estado e a ideologia que permeava esse meio de comunicação. É importante salientar que analisar a imprensa exige um estudo detalhado e, principalmente histórico. Diante disso optou-se, mesmo correndo o risco de abordar em uma breve exposição, organizar o presente texto em três partes:

- primeiramente será discutido sobre o Estado, a imprensa e a ideologia, e as relações existentes entre os mesmos.
- segunda parte será abordado sobre a imprensa na década de 50 e as mudanças ocorridas nesse veículo, que acompanhando o movimento do capitalismo, nesse período, toma outra forma.
- a terceira parte é dedicada às considerações finais.

Espera-se, com o presente artigo, contribuir para a compreensão de importantes aspectos sobre a imprensa e a ideologia e as diferentes manifestações, aqui mais especificamente o jornal.

2. ESTADO, IMPRENSA E IDEOLOGIA (1950)

Pode-se observar tal fato muito claramente com o surgimento dessa no Brasil, após a vinda Família Real e o próprio atraso dessa oficialização. Uma das primeiras ações desenvolvidas na corte por D. João VI foi a implantação da imprensa áulica⁴,

Em 10 de setembro do mesmo ano, criou-se o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, feito na imprensa oficial, 274 anos após a ocupação territorial iniciada em 1532. [...] Autores que se dedicam a pesquisas sobre a história da imprensa e sua efetiva implantação possuem interpretações diversas para o fato, sobre tudo em comparação às colônias espanholas e inglesas, também ocupadas na época. Os pesquisadores ora levam em consideração aspectos políticos e econômicos, ora relacionam tal atraso a aspectos socioculturais. (NASCIMENTO; ZANLORENZI, 2006, P. 38)

Muitos jornais que surgiram após a imprensa régia, com posições contrárias não tiveram uma vida muito longa, o que demonstra claramente quais eram os objetivos da primeira manifestação jornalística no país, o que se resumia na propagação das idéias absolutistas, demonstrando então, contraditoriamente, o declínio

do próprio absolutismo. Entretanto, em meio aos ditames reais e mesmo correndo risco de empastelamento de tipografias ou apreensão material, jornalistas tentavam investir em circulação desses periódicos.

Diante disso, é possível fazer incursões na imprensa e nas suas notícias, as quais demonstram as concepções das classes que dominavam e ainda dominam o palco político, econômico e social, caracterizando-se como uma inversão de imagens e representações que pretendem representar a realidade. Essas idéias, no imaginário social, tornam-se ideologia, dependendo do modo de produção econômica vigente na sociedade.

A produção dessas idéias, das representações e da consciência está ligada diretamente com a atividade material e o intercâmbio dos homens, pois não “[...] é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”(MARX; ENGELS, 1979, p. 26).

Tais idéias representam o modo como essa realidade aparece ao homem e, se, por acaso, esta representação não demonstra a realidade efetiva é consequência do modo limitado de agir desse homem e das relações limitadas que surgem a partir disso.

A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa *câmera obscura*, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objectos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida directamente físico.[...] Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, as sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa em bases materiais. (Idem, p. 25)

Os homens diante das limitações da sua atividade material, incapazes de resolver as contradições existentes na sociedade, projetam as formas ideológicas como soluções que disfarçam tais contradições. A ideologia, assim, é um processo de inversão e uma forma particular e intencional de interpretar a luta social. Esta inversão aparece como eterna e imutável, com o objetivo de ocultar a dominação e as divisões sociais, dando-lhe aparência de diferenças naturais, impedindo que idéias diferentes manifestem-se, pois “[...] os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual.” (MARX; ENGELS 1979, p. 55). Para tanto, a classe dominante a partir do poder econômico, do capital⁵, possibilita a difusão de seus interesses, regulamentando a produção e distribuição destas, e a sua perpetuação, dando continuidade à sua dominação, enfim, mantendo a hegemonia⁶.

Na medida em que as idéias da classe dominante são apresentadas como universais, diante do seu interesse privado, há um mascaramento das contradições

presentes no contexto histórico que impede a tomada de consciência da classe dominada, permitindo com isso,

[...] representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade, ou exprimindo a coisa no plano das idéias, a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade, a representá-los como únicos, razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos. (Idem, 1979, p. 57)

É nessa falsa unificação que se processa a divisão da sociedade em classe e a dominação vinculada ao trabalho, condição necessária para a existência da ideologia. Todavia para que esta ideologia não seja desmascarada, é necessário que a distribuição destas idéias seja concretizada num conjunto organizado de instituições políticas, jurídicas, administrativas, econômicas e sociais, através de um governo e dentro de um território autônomo e independente, o Estado.

Assim, o Estado não é um poder imposto, nem a imagem da moral e da razão, é sim um produto da sociedade, em certa fase de desenvolvimento, que se enredou numa contradição insolúvel consigo, em antagonismo de classe. Para que esse antagonismo - classes com interesses contrários - não se entredovorem e não devorem a sociedade, tornou-se necessário um poder pairando aparentemente acima da sociedade e que tem que abafar o conflito e mantê-lo dentro dos limites da "ordem". O Estado se caracteriza pelo agrupamento dos cidadãos de acordo com o território e a instituição de uma força pública (MARX In. FERNANDES, 1989, p. 323).

O Estado que resulta da necessidade de conter os conflitos de classe, é um órgão da dominação de classe, de submissão de uma classe para outra, o Estado. É através das instituições no qual é organizado (políticas, jurídicas, administrativas, econômicas e sociais), que o Estado desempenha a função de organização e dominação, conforme os diferentes tipos de relações de produção. É um aparelho para o exercício de poder, no qual não visa ao interesse geral, mas sim de um grupo específico – a classe economicamente dominante e que por meio do Estado torna-se também classe politicamente dominante, com novos meios de exploração. "O poder (ou seja, o poder do Estado) também é uma potência econômica" (Idem, 1989, p. 463).

Pode-se observar a ideologia do Estado e o seu poder, muito presente na imprensa, neste texto do jornal "O Sul"- Irati-PR, quando na 1ª República disseminava-se no imaginário da sociedade que a renovação da sociedade aconteceria através da educação e, no qual, o analfabetismo era a marca de entrave para o progresso, lema positivista exposto na bandeira do Brasil.



FIGURA 1 - Grupo Escolar Irati – PR – Jornal *O Sul*-1929.
Fonte: Casa da Cultura Irati – PR.

Na sociedade de classes, o Estado burguês⁷ tem a função social a cumprir: assegurar a coesão da sociedade, mantendo sob o controle o conflito entre as classes sociais antagônicas e impedindo dessa forma que tal conflito não deságue na destruição desse modelo de sociedade. (SAES, 2001, p. 96) Tendo como suporte uma estrutura jurídica - política específica, o que torna possível esta reprodução mantém esta organização através da criação de condições ideológicas segundo os princípios do pensamento liberal⁸ que será propulsor do pensamento que reforçam a dominação sob uma aparente liberdade individual.

Tais princípios trazem o indivíduo como o elemento a partir do qual se organiza o social. Cada homem individualmente tem na liberdade um direito natural que lhe garante viver e pensar da forma como queira. Para tanto, a sociedade é organizada a partir de regras e normas consensuais criadas pelo e para os indivíduos. O direito natural é institucionalizado no Estado por obra da organização dos indivíduos livres, com direitos e deveres civis, isto é, com leis.

O princípio deste direito burguês é a igualdade aos desiguais, e para tanto, o Estado cria condições ideológicas para a reprodução das relações de produção capitalista⁹, enfim uma forma para que esta produção continue ocorrendo.

Nesta perspectiva, capitalismo utiliza-se do discurso democrático, da individualização e da meritocracia¹⁰ - um dos principais princípios da ideologia liberal - criando a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais “econômicos” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 581).

No liberalismo, o Estado tem por finalidade organizar o poder político e

propiciar as condições para o livre desenvolvimento das atividades dos cidadãos, individualmente ou organizados conforme interesses comuns. A visão liberal clássica separa o Estado da sociedade civil, considerando esfera exclusiva da política, enquanto que a sociedade civil seria o espaço das atividades econômicas e sociais. Assim sendo, essa sociedade não pode intervir nos mecanismos administrativos do Estado, em contrapartida, o Estado não interfere nas atividades sócio-econômicas, restritivas à esfera privada (OLIVEIRA, 2001, pp. 111-148).

Diante disso, fazendo-se valer dos interesses da classe dominante, a transformação jurídica – política do Estado é condição necessária ao modo de produção capitalista, pois através desta transformação irá legalizar, administrar e regular a luta de classes, assegurando a ordem social, onde o

[...] Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses, tanto no exterior como no interior. [...] Sendo, portanto o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil da época, conclui-se que todas as instituições públicas têm o Estado como mediador e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa sobre a vontade e, melhor ainda sobre uma vontade livre, desligada de sua base concreta. (MARX; ENGELS, 1979, p. 95)

Nessa organização, o Estado, além de ser instrumento de dominação e exploração, contribui para reprodução das relações de produção, através de suas instituições, os aparatos ideológicos. E para que haja a continuidade do capitalismo, a reprodução das relações de produção que se coloca na sociedade dividida em classe é fator primordial, para qualquer

[...] que seja sempre a forma social do processo de produção ele tem de ser contínuo ou periodicamente percorrer, novamente, as mesmas fases. Assim como uma sociedade não pode parar de consumir, também ela não pode parar de produzir. Todo o processo social de produção, considerado na sua continuidade e no constante fluxo de sua renovação, é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução. (MARX In. FERNANDES, 1989, p. 376)

São os aparelhos ideológicos atrelados ao Estado, independente de sua forma, que contribuem para a reprodução das relações de exploração capitalista, utilizando-se assim de outros meios para disseminar as idéias dominantes.

Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. [...] podemos, pelo momento, considerar como aparelhos ideológicos do Estado as seguintes instituições (a ordem de enumeração não tem nenhum significado especial): aparelho religioso (o sistema das diferen-

tes igrejas), aparelho escolar (o sistema das diferentes “escolas” públicas e privadas), aparelho familiar, aparelho jurídico, aparelho político (o sistema político, os diferentes Partidos), aparelho sindical, aparelho de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.), aparelho cultural (Letras, Belas Artes, esportes, etc.). (ALTHUSSER, 1985, p. 68)

Neste sentido, a imprensa e os demais meios de reprodução simbólica, incluída nestes a educação, são instituições que estarão a serviço de interesses de classe, que só conseguirá a hegemonia se exercer poder nas instituições que fazem parte do Estado. Todos os aparelhos ideológicos do Estado concorrem para a reprodução das relações de produção e:

[...] Cada um deles concorre para este resultado de maneira que lhe é própria. O aparelho político sujeitando os indivíduos à ideologia política do Estado, a ideologia “democrática”, “indirecta” (parlamentar) ou “directa” (plebiscitária ou fascista). O aparelho de informação embutindo, através da imprensa, do rádio, da televisão, em todos os “cidadãos”, doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc. (ALTHUSSER, 1980, p. 78)

A imprensa no Brasil, como um aparelho ideológico, mais especificamente o jornal, desde o absolutismo expresso na imprensa áulica da fase imperial, passando pelas ideias liberais republicanas, o imperialismo americano e o capitalismo através das publicidades até a censura com o golpe militar, tornou-se um órgão vivo do movimento de difusão do pensamento conforme o contexto histórico, visto nas notícias, nos editoriais, publicidades e artigos. Este é um veículo de informação, como também porta voz do pensamento dominante que utilizou forma direta ou indireta o jornal.

A imprensa tem um papel fundamental na formação de opiniões, expressando os projetos político-ideológicos, seja para camuflar as contradições existentes, procurando sedimentar tais pensamento dentro da sociedade, transformando seus interesses em interesses gerais, criando uma ideologia própria, sendo que a oligarquia e a grande imprensa acabam utilizando-se dos mais diversos meios para isso, dos diretos aos indiretos; ou com a intenção de modificar as condições sociais, se não totalmente, apenas para alertar sobre os conflitos do sistema capitalista.

3. A IMPRENSA NA DÉCADA DE 50: UMA INSTITUIÇÃO EM TRANSIÇÃO

A imprensa, representada pelo jornal, tem a função de ultrapassar os interesses de ocultar os fatos e sim de dizer primordialmente e efetivamente a verdade, pois é “[...] o cão-de-guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme sua liberdade.”(MARX, 1980, p.68)

É função primordial da imprensa perseguir sempre a verdade, porém diferente desse modo de conceber o sentido da imprensa, as notícias por ela organizadas, são como um véu espesso que as impedem de revelar a verdade.

Eu, de minha parte, asseguro-lhes, cavalheiros, eu prefiro acompanhar os grandes acontecimentos mundiais, analisar o rumo da história, do que pelejar com ídolos locais, com policiais, com tribunais. Não importa o quanto esses cavalheiros podem se considerar grandes em suas próprias imaginações, eles não são nada, absolutamente nada nas titânicas lutas dos dias de hoje. Considero um verdadeiro sacrifício quando decidimos medir forças com estes oponentes. Mas, de uma vez por todas, é o dever da imprensa tomar a palavra em favor dos oprimidos à sua volta [...]. O primeiro dever da imprensa, portanto, é minar todas as bases do sistema político existente. (Idem, p. 70)

Esse véu espesso foi bem utilizado pela classe dominante que, no decorrer dos anos, usufruiu do poder ideológico da imprensa para revelar seus interesses a partir dos discursos veiculados, das publicidades, bem como pela repercussão das notícias. Nos jornais de cada época, podem-se observar as contradições existentes e o caráter ideológico disseminado pelos grupos sociais numa sociedade determinada.

Usufruindo então do poder da informação e da opinião que lhe é peculiar, a imprensa foi palco de, concepções e manutenção vinculadas à elite capitalista e ao Estado burguês, pois mesmo que a intenção fosse de se posicionar contra, esta dependia da regularização do Estado que não mediu esforços para mostrar sua força e sua ideologia, até mesmo com repressão àqueles grupos antagonísticos que visavam a superação e fermentação de idéias contrárias.

Na década de 50 e após a II Guerra Mundial¹¹, as mudanças ocorridas relacionadas com o momento histórico, político e econômico, no qual o Brasil estava passando, entre elas a industrialização, urbanização e a influência do capitalismo americano, obriga o jornalismo tomar novas formas de veiculação. Diante disso, novas técnicas jornalísticas de origem norte americana foram sendo implantadas nos periódicos brasileiros.

Entregando-se aos ditames do capitalismo de uma sociedade que se inseria em novos padrões de consumo, os jornais - agora dependentes do mercado e visando lucro - deixam seu caráter opinativo e literário para informativo e empresarial, dando prioridade à notícia em detrimento à opinião.

Esse jornalismo de opinião tinha forte influência francesa e foi dominante desde os primórdios da imprensa brasileira até a década de 60. Foi gradualmente substituído pelo modelo norte americano: um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação. (RAMOS, 1996, p. 15)

Com a dependência do mercado, os periódicos são obrigados a ficar mais interessantes ao maior número de leitores e, conseqüentemente ao maior número de eleitores. Sendo assim, foi necessário organizar formas de levar as notícias, o *marketing* das empresas, às promoções, os classificados, enfim a ideologia capitalista, mais rapidamente à população e com maior objetividade. Inicia-se a era jornalística da produção em escala industrial e empresarial.

Com a passagem gradativa de um jornalismo de opinião para um jornalismo informativo, o próprio veículo é reformulado: aumenta o número de páginas cobrindo os eventos cotidianos; artigos, até então curtos e numerosos, cedem lugar às informações selecionadas; os debates filosóficos e literários que eram numerosos declinam e passam a ocupar as páginas das edições de domingo; temas como moda, restaurantes, consumo, agora suplantam as informações sobre eventos culturais; e, por fim, a divisão entre informação e opinião, procurando garantir um tipo de escrita normativa e analítica em detrimento das opiniões mais pessoalizadas (ORTIZ, 2001, p. 193).

O jornal de opinião, então, ficava relegado aos pequenos jornais das cidades do interior, que ainda utilizavam, em seus artigos, opiniões pessoalizadas como é o caso do Jornal de Irati a *Tribuna dos Municípios* de Irati -PR, o qual demonstra a seguinte posição em relação à função da imprensa:

Faz-se mister na vida de todos os municípios progressistas, órgãos de imprensa que sintonizem todas as suas energias, que ascoltem todos os seus problemas, que faça público e defenda todos os seus interesses¹² (*Tribuna dos Municípios*, 24-05-1954)¹³.

Como também denuncia como esta tem se colocado diante dessa função em uma época em que o jornalismo é reformulado “A imprensa afastada de suas verdadeiras finalidades, procura sensacionalismo para levar escândalos de toda a sorte, contados nos seus mínimos detalhes, para dentro dos lares brasileiros” (*Tribuna dos Municípios* - 13-06-1954).

Os jornais passam por um momento de transição nos grandes centros urbanos, enquanto no interior do Brasil, ainda existiam os pequenos jornais de caráter opinativo, dependente dos favores do Estado, de pequenos anúncios populares e da publicidade de lojas locais. Entretanto, por mais que mantivessem as características opinativas estes já demonstravam as conseqüências do capitalismo nas publicidades das grandes redes de empresas, que teria sua concretização até os anos 60.



FIGURA 2 - Propaganda Ford – *Tribuna dos Municípios*-23-05-1955.
Fonte: Casa da Cultura - Irati- PR.

Nos grandes centros, a imprensa já com estrutura empresarial, vai demonstrar com evidência, influências do imperialismo americano, principalmente nas publicidades que mantêm os jornais em circulação. O grande interesse sobre o modelo americano, principalmente sob a inspiração do cinema, teve presente nas cidades, tanto aos olhos dos “inferiores” como do consumo moderno dos “superiores”, dos ricos e privilegiados. (ALMEIDA, 1998, p. 605) Esses jornais, nos anos que se seguiram, dependiam das grandes agências de publicidades estrangeiras para manter a sua circulação. As propagandas de grandes redes e as reportagens antinacionalistas¹⁴ demonstram o quanto a imprensa estava dependente dos ditames capitalistas.

Nesse ideário, no qual a industrialização e o desenvolvimento econômico seriam “a ordem do dia” nos discursos políticos, a imprensa tentou garantir o seu trabalho e em certos casos usufruindo do seu poder de persuasão para criticar governos e ao mesmo tempo apoiarem ideais contrários ao nacionalismo. Por trás de toda a publicidade, colocava-se a questão de sobrevivência dos periódicos, as suas condições materiais e a dependência das agências de publicidade que direcionavam o caminho que deviam seguir, era o imperialismo americano na imprensa.

Consagrava-se a época das grandes corporações que viriam a manipular as opiniões na imprensa com campanhas gigantescas e reduzir a possibilidade de multiplicação de jornais resumindo-se as grandes empresas, dependentes do papel importado e das agências estrangeiras de publicidade e de notícias. Era a ideologia do capitalismo estrangeiro sendo disseminado nas publicações jornalísticas, tanto em artigo que implicitamente lançavam mão de ideias do liberalismo econômico, como nas propagandas de grandes empresas estrangeiras.

A imprensa, que até os anos 30-40 dependia de favores do Estado, de pequenos anúncios populares ou domésticos e da publicidade das lojas comerciais. Nos anos 50 começaram os investimentos no setor publicitário e teve início a implantação no país de grandes agências nacionais e estrangeiras de publicidade (SODRÉ, 1999, p. 407).

Os monopólios se ampliam, porém, agora, sob o controle de opinião das grandes agências de publicidade. A indústria cultural inicia a massificação do rádio, das novas mídias - a televisão e o cinema - como também a distribuição de revistas em quadrinhos americanas, disseminando a ideologia do capitalismo.



FIGURA 3 - Artistas Hollywood – Revista *O Cruzeiro* - 1954.
Fonte: Casa da Cultura Irati – PR.

Baseando-se no modelo norte-americano, os editoriais evidenciam a utilização da ideologia como arma para a seleção da informação a ser divulgada. Esta seleção é o principal instrumento de que dispõe a instituição para expressar a sua opinião, privilegiando certos assuntos, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos, tendo como pano de fundo a dependência nos espaços publicitários, suas fontes financeiras. (MELLO, 1985, p. 79)

A liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital, dependente cada vez mais das agências de publicidade, ocorrendo de forma oculta a ideologia do Estado burguês.

É neste contexto que a imprensa transforma-se e a censura, que nas décadas anteriores era determinada pelo poder autoritário das autoridades, fica relegada ao segundo plano, pois o desenvolvimento de técnicas nos jornais e sua dependência nas agências de publicidade, conduzem-na a uma autocensura:

De instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transforma em instrumento de alienação, fugindo aos seus fins originários [...]. A liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital, depende do vulto

dos recursos de que a empresa dispõe, do grau de sua dependência em relação às agências de publicidade. (SODRÉ, 1999, p. 408)

As preocupações com a qualidade técnica dos jornais ficaram mais evidentes como também a profissionalização maior da atividade jornalística. A mídia nacional tem um avanço preponderante e moderniza-se rapidamente, tanto nas técnicas como também nas áreas administrativas, emergindo uma nova fase do exercício do jornalismo e sua relação com as regras do capitalismo, nas quais caberia aos repórter reportar e não interpretar.

Diante do contexto que a imprensa estava inserida, bem como dos interesses da classe dominante, que a utilizava como aparelho ideológico, esta é periodizada em três fases: a primeira fase, a da imprensa, enquanto serviço preso a uma lógica pré-capitalista e que apenas prestava pequenos serviços informativos; a segunda fase com o surgimento das primeiras folhas oposicionistas, abolicionistas ou republicanas que se beneficiam da implantação das primeiras tipografias brasileiras; e a terceira fase, dado as mudanças econômicas, com a superação do jornalismo literário para a chamada fase empresarial (LATTMAN- WELTMAN, 1996, p. 160).

A imprensa, longe de ser o “cão de guarda do público, o denunciador incansável”, é reflexo de ideologias e dos ditames políticos e econômicos do capitalismo. Mesmo assumindo uma postura crítica, sofrerá a pressão ideológica do Estado, não apenas pela censura, mas também pelo viés das publicidades, editais, financiamentos e regularizações, não ultrapassando questões que poderiam comprometer a sua veiculação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa desde sua oficialização teve um papel preponderante no destino do país. O que se pode inferir que mesmo nos tempos áulicos até os nossos dias, constituindo-se em um palco de disseminação ideológica, ou seja, uma arma poderosa, um aparato ideológico.

Conhecer o caminho traçado pela imprensa, mais especificamente o jornal, é um excelente material para desvendar o pensamento dominante e as formas utilizadas de convencimento e persuasão e, ao mesmo tempo, as formas que fermentam o movimento contrário e desarticulam o consenso. A década de 1950, é um exemplo, pois pode-se analisar o cerne do modelo capitalista que consolida, ao verificarmos a mudança na imprensa que passa de literária para empresarial, do modelo francês ao modelo americano.

Enfim, ao discutirmos sobre a imprensa não podemos deixar de retomar à ideologia marcadamente presente e ao papel que o Estado, diretamente, ou indiretamente influenciou em sua veiculação.

5. REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALMEIDA, Maria Hermínia. T. e WEIZ, Luiz. **Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. V. 04.
- ALTHUSSER, LOUIS. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**. 3ª ed., São Paulo: IBRASA, 1972.
- BOTTMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERNANDES, Florestan. **K. Marx ; F. Engels**. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- LATTMAN-WELTMN, Fernando. **Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”**. IN. Alzira Alves de Abreu; Plínio de Abreu Ramos (orgs.) *A Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã I**. Lisboa: Editora Presença, 1979.
- MARX, Karl. **A liberdade de imprensa**. Tradução Brasileira de Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- MELLO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: vozes, 1985.
- MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. V. 04.
- NASCIMENTO, M.I.M; ZANLORENZI, C.M.P. **Imprensa no Brasil: do Império à Primeira República**. Acervo: revista do Arquivo Nacional, - v.19 n. 1-2 (jan- dez. 2006). – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- OLIVEIRA, R. **Sociologia: consensos e conflitos**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.
- O Cruzeiro**. 1954-1959. Casa da Cultura Irati - Pr
- O Sul**. 1929. Casa da Cultura Irati- Pr

ORTIZ, Renato. **Sociedade e Cultura**. : SACHAS, Ignacy. Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAMOS, Plínio de Abreu & ABREU, Alzira Alves. **A Imprensa em transição: o jornalismo nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996

RODRIGUES, Marly. A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1992.

ROSSI, W.G. **Capitalismo e Educação**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

SAES, Décio. **República do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SAES, Décio. **Aformação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

Tribuna dos Municípios 1954-1959. Casa da Cultura Irati - Pr

VICENTINO, C. História Memória Viva. 2ª edição, São Paulo: Editora Scipione, 1994.

NOTAS

¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa- PR (UEPG). Coordenadora do HISTEDBR dos Campos Gerais –PR. E-mail: misabel@lexxa.com.br.

² Universidade Estadual do Centro - Oeste do Paraná (UNICENTRO); Membro do HISTEDBR dos Campos Gerais – PR. E-mail: aecmari@gmail.com.

³ A imprensa oficial surge, no Brasil, em 1808, com a vinda da Corte de Dom João VI à Colônia, quando Antonio de Araújo, conde da Barca, trouxe um material tipográfico que seria instalado no Rio de Janeiro, futura capital do Reino. (BAHIA, J. 1972, p. 106)

⁴ Áulico - Próprio de cortesão. FERREIRA, A.B.H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. A imprensa áulica “[...] deveria ser imparcialmente a favor do absolutismo e constituir-se em órgão de sua louvação.” (SODRÉ, 1999, P. 29)

⁵ Em linguagem comum, a palavra “capital” é geralmente usada para descrever um bem que um indivíduo possui como riqueza.[...] A ciência econômica burguesa amplia mais o uso desta expressão, entendendo-a também, como qualquer bem, de qualquer tipo, que possa ser usado como fonte de renda, ainda que apenas potencialmente. [...] De um modo geral, portanto, o capital é um bem que pode gerar um fluxo de renda para seu dono. (BOTTMORE, 2001, p. 44)

⁶ O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa “condizer”. “ser guia”, “ser líder”; ou também do verbo *eghemonieuo*, que significa “ser guia”, “preceder”, “conduzir”, e do qual deriva “estar à frente”. “comandar”, “senhor”. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se da cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das idades gregas em luta entre si. (GRUPPI, 1978, p. 1) Qualquer definição de hegemonia é complicada pelo uso da palavra em dois sentidos diametralmente opostos: significando domínio, como em “hegemonismo”, ou significando liderança e tendo implícita alguma noções de consentimento. [...] O segundo significado é mais comum na tradição

marxista. (BOTTOMORE, 2001, p. 177).

⁷ O Estado burguês opera por diferentes modos a unificação política dos agentes da produção, já isolados, no povo-nação. Isso nos permite distinguir diferentes formas de Estado burguês: a forma ditatorial, a forma liberal (representação puramente fundada no sufrágio universal), a forma fascista ou corporativa, a forma plebiscitária. Estas são as formas que o Estado burguês pode assumir numa formação social em função do nível de desenvolvimento da luta de classes. (SAES, 1985, p. 46)

⁸ Liberalismo - doutrina que tomou para si a defesa e a realização da liberdade no campo político. Nasceu e afirmou-se na Idade Moderna e pode ser dividida em duas fases: 1ª do sec. XVIII, caracterizada pelo individualismo, 2ª do séc. XIX, caracterizada pela estatismo. (ABBAGANANO, 2003, p. 604)

⁹ Capitalismo – Denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. O capital pode tomar a forma de dinheiro ou de crédito para compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria física (capital em sentido restrito), ou, finalmente, a forma de estoques de bens acabados ou de trabalho em processo. Qualquer que seja a sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exumação do restante da população, que constitui a característica básica do capitalismo como modo de produção. (BOTTOMORE, 2011, p. 51)

¹⁰ Em uma meritocracia o indivíduo é considerado como tendo “livre escolha”, capaz de ir tão alto quanto sua motivação, desejo e habilidade o levarem. Um indivíduo que não alcance o sucesso só tem a si próprio para culpar, dede que não tirou vantagens dos meios a ele disponíveis. Estas são crenças profundamente arraigadas. Não é surpreendente que aqueles que conseguem sucesso em qualquer sociedade, orientem seu pensamento para louvar o sistema que lhes permitiu vencer, antes do que para questioná-lo ou condená-lo. (ROSSI, 1978, p. 71)

¹¹ A Segunda Guerra Mundial aconteceu de 1939 a 1945. A contribuição à tensão das décadas de 20 e 30 deve-se à emergência dos Estados Unidos como potência, transformada no principal pólo do desenvolvimento capitalista mundial. O socialismo triunfante da União Soviética também teve seu papel no crescimento das tensões do período ao provocar um clima de ameaça aos poderes constituídos, nas nações capitalistas, levando-as, muitas vezes, a políticas internas e externas contra o que chamavam de “perigo vermelho”, buscando conter o avanço das ideias socialistas. As dificuldades financeiras, as divergências ideológicas e as ameaças nazifacistas geraram tensões entre os diversos países, os quais, incessantemente, procuravam aparelhar-se militarmente. No final dos anos 30, impasses sucessivos entre as potências, em função especialmente da expansão territorial da Alemanha nazista, desembocaram no mais violento conflito da História: a Segunda Guerra Mundial (VICENTINO, 1994, p. 179).

¹² Os fragmentos de notícias estão digitados na íntegra.

¹³ A citação mantém a grafia da época

¹⁴ A corrente de pensamento de maior influência nos anos 50 foi a nacionalista. A tese central dos nacionalistas apoiava-se na possibilidade de desenvolvimento independente do Brasil através da industrialização comandada pela burguesia e por capitais nacionais. Isto, no entanto, não significava uma aversão absoluta ao capital e tecnologia estrangeiros, aceitos na medida em que se submetessem ao controle nacional (RODRIGES, 1992, p. 20).

Recebido em: 20/03/2009.

Aprovado para publicação em: 14/06/2009.